

07 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## TJ adia pela oitava vez decisão sobre Ezequias

Secretário estadual é réu em ação sobre o caso da “sogra fantasma”, no qual a sogra dele recebia da Assembleia Legislativa sem trabalhar



**Ezequias Moreira: demora do Tribunal de Justiça pode fazer com que a pena prescreva.**

*Rogério Waldrigues Galindo*

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) adiou nesta semana mais uma vez a decisão sobre onde deve tramitar a ação criminal em que é réu o secretário especial de Estado de Cerimonial e de Relações Internacionais do Paraná, Ezequias Moreira. O secretário responde a ação por peculato devido ao caso da “sogra fantasma”: ele é acusado de nomear a própria sogra para um cargo na Assembleia Legislativa, onde, segundo o Ministério Público, ela recebia os salários sem trabalhar. Foi o oitavo adiamento desde que o caso chegou ao TJ, em junho do ano passado. A votação sobre o caso agora só poderá ser retomada no próximo dia 19.

Os desembargadores analisam pedido apresentado pela defesa para que Ezequias tenha direito a foro especial

e responda ao processo no próprio Tribunal de Justiça. A alegação é que desde junho de 2013 o réu é secretário de Estado. Antigo colaborador do governador Beto Richa (PSDB), Ezequias foi nomeado para o cargo às vésperas de uma audiência criminal em que a juíza do caso poderia pronunciar a sua sentença.

Em julho, o relator do caso, desembargador Shiroshi Yendo, deu liminar suspendendo a ação no primeiro grau. No entanto, para que o caso passe a tramitar no TJ, é preciso que os 25 desembargadores do Órgão Especial, instância máxima do tribunal paranaense, apreciem o caso. Desde então, o caso tem voltado à pauta a cada sessão do órgão. No entanto, a votação tem sido interrompida a cada vez por novos pedidos de vistas dos magistrados.

Na sessão de 7 de abril, o desembargador Luiz Osório Moraes Panza pediu vistas.

Duas semanas depois, devolveria o caso para julgamento, mas não houve sessão devido ao feriado. “Levei o processo para votação nesta segunda-feira, mas como o relator estava de férias, decidiram não prosseguir por enquanto com a votação. Levarei o caso de novo ao Órgão Especial na próxima sessão, dia 19”, afirma o desembargador Panza.

### Prescrição

O promotor Rodrigo Chemin, que deu parecer favorável à manutenção do caso na primeira instância, diz temer que a demora do Tribunal de Justiça em decidir sobre o caso leve à prescrição do crime. “O habeas corpus [ação usada por Ezequias para pedir que a ação passe ao TJ] tem de ser julgado rapidamente, na primeira sessão após a sua apresentação”, diz ele.

A reportagem tentou contato com o advogado de Ezequias, Marlus Arns, mas recebeu apenas a informação de que ele está viajando para um congresso fora do país.

**CONTINUA**

07 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### LONGA ESPERA

Promotores temem que a demora do caso leve à prescrição do crime:

**07/08/2007** – O Ministério Público recebe denúncia de que a sogra de Ezequias Moreira recebeu salários da Assembleia sem trabalhar por 11 anos.

**13/08/2007** – Ezequias é exonerado da prefeitura.

**26/11/2007** – O MP abre duas ações contra Ezequias: no cível, por improbidade, e na penal, por peculato.

**04/04/2008** – Ezequias devolve aos cofres públicos R\$ 539,4 mil.

**05/01/2011** – Ezequias é nomeado diretor da Sanepar.

**03/07/2012** – A Justiça condena Ezequias por improbidade.

**19/06/2013** – Ezequias é nomeado secretário do Cerimonial e Relações Internacionais por Richa.

**02/07/2013** – O desembargador Shiroshi Yendo suspende a ação na primeira instância. Desde então o Órgão Especial está para decidir se aceita que o processo tramite no TJ ou se volta ao primeiro grau.

### CARGO

#### Richa condiciona demissão de secretário a condenação judicial

O governador Beto Richa (PSDB) afirmou na segunda-feira, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, que caso Ezequias Moreira seja condenado em segundo grau pela Justiça paranaense ele será demitido do cargo que ocupa atualmente, de secretário especial do Cerimonial e de Relações Internacionais. "Temos no estado a lei da ficha limpa. Qualquer um que estiver condenado em colegiado não pode trabalhar no governo. E se for a decisão da Justiça [pela condenação], nós vamos cumprir", disse.

Richa afirmou que Ezequias Moreira foi convidado para o primeiro escalão por ter "aptidão" para a organização de eventos, o que o qualificaria para ser responsável pelo cerimonial. "Eu estava precisando de alguém para exercer essas funções. E o Ezequias tem aptidão para isso, para organizar os eventos, os receptivos. Tem experiência. Trabalhou no governo do meu pai, trabalhou muitos anos na Assembleia Legislativa e em várias prefeituras do interior", disse.

#### "Requentada"

Ao ser questionado sobre o caso durante a entrevista, o governador afirmou ainda, que a denúncia relativa a Ezequias vem sendo "re-quentada" pela imprensa e que a secretaria que ele ocupa já existia na administração anterior.

Em relação à nomeação de Ezequias para outro cargo, de conselheiro da Sanepar, Richa afirmou que o secretário é funcionário de carreira da empresa e tem qualificação para isso. (RWG)

07 MAI 2014

GAZETA DO POVO

# Os malpagos guardiões do ECA no Paraná



Foi com a ajuda dos conselheiros que a catadora Divina assumiu a guarda dos netos.

Estudo do governo  
estadual mostra  
que os conselheiros  
tutelares do  
Paraná são mal  
remunerados  
e precisam  
driblar a falta  
de estrutura

R\$ **724** DE REMUNERAÇÃO

é o que 49% dos conselheiros tutelares atuantes no Paraná ganham por mês. É menos que um salário mínimo. De cidade para cidade, o valor muda bastante. Em Curitiba, por exemplo, a remuneração chega a R\$ 3,6 mil, segundo levantamento da SFDS.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

07 MAI 2014

### PONTA GROSSA

1 Maria Gizele da Silva, da sucursal

**I** Divina Antônia de Lima faz jus ao nome. Ela tem 53 anos, trabalha como catadora de material reciclável em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, assumiu a guarda de cinco netos após a separação dos pais e lutou para que dois deles fossem matriculados na escola. Na luta pelas vagas, ganhou o apoio dos conselheiros tutelares. "Eu não sei ler nem escrever, não sabia nem de qual escola a minha neta tinha vindo, eles me ajudaram bastante", conta ela.

O encaminhamento para a escola é uma das funções dos conselheiros. Mas o trabalho desses guardiões do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não é nada fácil. Um levantamento inédito da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SFDS), finalizado em abril, mostra que os conselheiros tutelares do estado são mal remunerados e precisam driblar a falta de estrutura todos os dias.

Para Divina, que quase não recebe auxílio de ninguém, a mão dada por esses profissionais foi uma bênção. O neto de 8 anos está no segundo ano e a neta de 10 iniciou o sexto ano. Por sorte, Divina conseguiu matricular a neta na mesma escola estadual em que outra neta mais velha estudou e, assim, o uniforme foi repassado para a mais nova. "Eu não tinha condição de comprar um uniforme novo para ela", conta.

Pessoas como Divina e os netos, que estão em vulnerabilidade social, são o pú-

blico-alvo dos conselhos tutelares. As estruturas, que foram criadas pelo ECA, em 1990, são bancadas pelas prefeituras. A coordenadora da Unidade Técnica da Criança e do Adolescente da SFDS, Márcia Tavares, divulgou alguns números do diagnóstico: 25% dos conselhos estão funcionando em prédios que são divididos com outros órgãos municipais e 35% dos imóveis não têm salas individuais de atendimento, o que pode constrianger quem procura o órgão.

Nos 399 municípios paranaenses existem 414 conselhos que envolvem 2.080 conselheiros tutelares eleitos. Em Ponta Grossa são três conselhos e em Curitiba são nove. Segundo a assessora técnica dos Conselhos Tutelares pela Fundação de Ação Social (FAS), em Curitiba, Aline Javornik, cada distrito administrativo tem um conselho para facilitar o acesso da população.

## REFERÊNCIA

Segundo a professora de Direito Internacional Privado da UFPR, Tatyana Scheila Friedrich, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) do Brasil é considerado modelo, apesar de ter instituído um conjunto de leis próprio para a área bem depois de países como Portugal, que possui normas protetivas específicas para a infância desde 1911. Para ela, o país está num estágio avançado em termos de legislação. "O que falta é a efetivação e concretização da legislação e pleno funcionamento dos conselhos, na prática."

## FORMAÇÃO

### Eleições padronizadas devem melhorar capacitação da classe

Uma forma de melhorar o trabalho dos conselhos é a formação continuada dos conselheiros. Conforme a coordenadora da unidade técnica da criança e do adolescente da Secretaria de Estado da Família, Márcia Tavares, o primeiro passo foi dado com a realização do diagnóstico que levantou o perfil dos conselhos e dos conselheiros. Além disso, segundo ela, a eleição unificada deve facilitar a aplicação dos cursos. A partir do ano que vem, todos os conselheiros tutelares do país serão eleitos em outubro e tomarão posse em janeiro de 2016. Pela lei 12.696, os conselhos passaram a ter uma data unificada para o pleito, que ocorrerá sempre um ano depois da eleição presidencial. Até agora, os conselhos tutelares eram constituídos em meses diferentes e, portanto, os mandatos tinham períodos distintos, o que dificultava os projetos de capacitação. O governo do Paraná deve investir, segundo Márcia, R\$ 3,8 milhões em obras de infraestrutura dos conselhos e mais R\$ 4 milhões em cursos de capacitação. (MGS)

CONTINUA

07 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Distorção salarial entre as cidades é grande

Como os conselhos tutelares são instrumentos mantidos pelas prefeituras, cada município tem leis específicas para regê-los. Os salários são variados. Em Ponta Grossa, por exemplo, se paga R\$ 1,8 mil para o conselheiro, enquanto em Curitiba a remuneração chega a R\$ 3,6 mil.

Mas, conforme o diagnóstico da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, 49% dos conselheiros atuantes no estado recebem até um salário-mínimo (R\$ 724). O valor médio é considerado baixo pelo conselheiro de Ponta Grossa Ronaldo da Silva. Ele se graduou em Direito e exerce o seu primeiro mandato como conselheiro. Mesmo tendo a chance de se reeleger, não vai querer continuar na função. O salário baixo e o desgaste da atuação o afastam da possibilidade de pensar em um novo mandato.

“Todo dia tem alguém que chora na minha sala, são situações muito complicadas que exigem do conselheiro

muito equilíbrio emocional”, explica.

O diagnóstico da SFDS identificou que a maioria dos conselheiros não tem o perfil de Silva e possui apenas o ensino médio. Para o promotor da área da infância, Murillo José Digiácomo, é preciso mais que isso para exercer a função. “Não é preciso ser formado em Harvard, não estou desmerecendo quem não tem formação superior, mas é necessário que o conselheiro tenha consciência de sua atuação e seja envolvido na luta pelos direitos das crianças e adolescentes”, argumenta ele.

#### Equiparação

Para o presidente da Associação Estadual de Conselheiros e Ex-conselheiros do Paraná, Márcio Rosa da Silva, as distorções salariais precisam ser resolvidas. “Há conselheiros ganhando menos de um salário e outros ganhando R\$ 4 mil ou R\$ 5 mil dentro do estado”, acrescenta. Ele diz que a categoria reivindica o pagamento de adicionais por dedicação exclusiva e pagamento de horas-extras. Já houve uma reunião com o Ministério Público do Trabalho (MPT), mas por enquanto não há definições quanto à mudança na remuneração. (MGS)

#### Como acessar

Quem precisa acessar o Conselho Tutelar de sua cidade deve se informar na prefeitura, já que eles têm um telefone fixo para o horário de expediente e um número celular para o regime de plantão, pois os conselhos trabalham 24 horas. Em Curitiba, por exemplo, aos finais de semana é possível acionar o Conselho Tutelar ligando para o número 156. A última alteração no ECA, em 2012, através da lei 12.696, não trouxe um número unificado de contato com os conselheiros, como os que existem nos serviços de emergência.

07 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## Justiça afasta reitor do IFPR e determina novas eleições

Antonio Senkovski

Uma decisão liminar da Justiça Federal afastou Irineu Colombo do cargo de reitor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e determinou que sejam feitas eleições para escolher um novo reitor e novos diretores para os 15 campus da entidade espalhados pelo estado.

A decisão, proferida pelo juiz federal de Curitiba Cláudio Roberto da Silva, é da última sexta-feira, mas veio a público apenas ontem. O pró-reitor de ensino Ezequiel Westphal já assumiu provisoriamente o cargo, segundo a assessoria do IFPR. Ainda não há um parecer final sobre o assunto, já que cabe recurso da decisão.

A ação que culminou no afastamento liminar de Colombo foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná (Sindiedutec). A instituição argumenta que Colombo foi indicado por decreto após o antigo reitor (eleito) Alípio Santos Leal Neto, se licenciar da função, em 2011. Pela regra normal, Colombo deveria ficar como reitor até o fim do mandato de Neto, que terminaria em maio de 2014. Chegando o prazo para a convocação das eleições, Colombo teria se recusado a convocar novo pleito, de acordo com o presidente do Sindiedutec, Nilton Brandão.

Em agosto do ano passado, Colombo chegou a ficar

cinco meses afastado do cargo durante as investigações da Operação Sinapse, da Polícia Federal, que apurou um esquema de desvio de dinheiro público na área de ensino a distância do IFPR que chegaria a R\$ 11 milhões. À época, Colombo disse que foi sua gestão que descobriu as irregularidades, que não sabia porque tinha sido afastado do cargo.

### Outro lado

Em nota, o IFPR disse apenas que, por determinação judicial, Colombo teve seu mandato como reitor suspenso a partir do dia 1.º de maio. A reportagem não conseguiu localizar nem o professor nem um de seus advogados para comentar a decisão.

07 MAI 2014

## GAZETA DO POVO

# Descontos geram multa de R\$ 1 milhão a sindicatos e Urbs

Angieli Maros

A Justiça do Trabalho multou em R\$ 1 milhão o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp), o Sindicato dos Motoristas e Cobradores (Sindimoc) e a Urbanização de Curitiba S/A (Urbs) por descontos que vinham sendo feitos no salário de motoristas e cobradores assaltados durante o expediente de trabalho. O valor retirado da folha de pagamento era usado para pagar os prejuízos deixados pelos roubos.

A decisão, publicada ontem, é do juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), e também determina o cumprimento da lei municipal que impede o

motorista de exercer, ao mesmo tempo em que dirige, o papel de cobrador.

No documento da decisão, o juiz ressalta que, ao realizarem a dupla função, os motoristas são vítimas de fadiga e estresse. A decisão também diz que, além dos descontos ilegais realizados por causa de assaltos e multas aplicadas pela Urbs, foi constatada a falta de pagamento de horas trabalhadas.

Como medidas imediatas, o TRT determina a interrupção das cobranças irregulares por parte das empresas de transporte e que o Sindimoc retire da Convenção Coletiva de Trabalho as cláusulas que permitem a cobrança dos valores relativos a multas e assaltos ocorridos durante o expediente, bem como a restituição

aos empregados das quantias descontadas até agora.

Para garantir o fim da dupla função nos ônibus de transporte coletivo, a Justiça determina que a Urbs fiscalize o cumprimento da lei, "adotando as sanções já previstas na legislação municipal".

Em caso descumprimento, a multa estabelecida é de R\$ 10 mil por trabalhador prejudicado e por dia em que se constatar a desobediência.

Tanto a Urbs como o Setransp informaram, via assessorias de imprensa, que ainda não foram notificados da decisão e que só vão se posicionar quando tomarem conhecimento da sentença.

Por sua vez, o Sindimoc disse que as cláusulas estabelecidas pelo sindicato que permitiam os descontos do salário dos trabalhadores foram incluídas pela administração anterior. "Nós já sabíamos desta ação e só estávamos aguardando a decisão para mudar o acordo [coletivo]. Agora temos amparo legal para retirar de vez isso", declarou Anderson Teixeira, presidente da entidade.

07 MAI 2014

## GAZETA DO POVO

### **Consumidora que achou cabelo em pão terá de ser indenizada, decide STJ**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que uma consumidora do Rio de Janeiro que achou um cabelô incrustado em um pão de forma da empresa Bimbo do Brasil terá de ser compensada em R\$ 5 mil por danos morais. Por unanimidade, os ministros da 3.ª Turma do STJ entenderam, em sessão no fim de março, que mesmo que a dona de casa não tenha ingerido o fio de cabelo, o fato cria ojeriza e incômodo que dura "por um longo tempo", nas palavras da relatora, Nancy Andrighi. A corte aumentou em 1,6 mil vezes as indenizações previstas em 1.ª e 2.ª instância para a consumidora: os tribunais anteriores haviam decidido que a mulher teria direito apenas a receber os R\$ 3,12 que pagou pelo produto em 2009.

### **CURSO**

#### **Pós-graduação Direito de Família**

- DATA: 9 de maio.
- LOCAL: Unicuritiba – Rua Chile, 1.678 – Rebouças.
- INSCRIÇÕES (até 8/5): (41) 3213-8754 ou (41) 3213-8755 ou unicuritiba.edu.br

### **CURSO**

#### **Pós-graduação Direito Eleitoral e Processual Eleitoral**

- DATA: 9 de maio.
- LOCAL: Unicuritiba – Rua Chile, 1.678 – Rebouças.
- INSCRIÇÕES (até 8/5): (41) 3213-8754 ou (41) 3213-8755 ou unicuritiba.edu.br

### **CURSO**

#### **Pós-graduação Direito Médico**

- DATA: 9 de maio.
- LOCAL: Unicuritiba – Rua Chile, 1.678 – Rebouças.
- INSCRIÇÕES (até 8/5): (41) 3213-8754 ou (41) 3213-8755 ou unicuritiba.edu.br

07 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

» RACISMO

## Operário é indenizado após ser chamado de macaco em SC

Um operário de uma empresa de alimentos de Florianópolis vai receber indenização de R\$ 15 mil por ter sido chamado de macaco pelos patrões. O juiz Paulo Cardoso Botto Jacon, da 6.ª Vara do Trabalho, fixou a indenização em R\$ 30 mil, mas o valor foi reduzido à metade no julgamento em 2.º grau pelos desembargadores da 3.ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina. A decisão é final e não cabe recurso. O TRT não divulgou o nome da empresa. Em sua decisão, o juiz Paulo Cardoso Botto Jacon destacou que “todos sabem que a expressão é racial e discriminatória” e lamentou que isso ainda ocorra nos dias atuais. “Um ser humano não precisa afirmar-se menosprezando o outro, muito menos um empregador em face do empregado”, escreveu o juiz.

## Acusados de matar dentista queimada são condenados a 37 anos

A Justiça paulista condenou ontem os três homens acusados de matar queimada a dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza, 46 anos, em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Eles assaltaram a clínica de Cinthya em abril do ano passado. Após saquear o lugar e sacar dinheiro da conta pessoal da dentista, os três ainda atearam fogo nela. Segundo o Tribunal de Justiça, Victor Miguel Souza Silva e Thiago de Jesus Pereira foram condenados a 37 anos e seis meses de reclusão e Jonatas Cassiano Araújo a 36 anos de reclusão pelos crimes de roubo, extorsão e latrocínio.

## 800 MULHERES

morrem todos os dias devido a complicações na gravidez e no parto, mostrou uma pesquisa divulgada ontem pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A mortalidade materna, no entanto, registra redução de 45% desde 1990. Segundo a OMS, 289 mil mulheres morreram em 2013 devido a complicações relacionadas à gravidez e ao parto. Em 1990, foram 523 mil mortes. A quase totalidade das mortes maternas (99%) ocorre em países em desenvolvimento e um terço do total é registrado em apenas dois países: a Índia (50 mil) e a Nigéria (40 mil). De acordo com a OMS, a região mais perigosa para se ter um filho é a África Subsaariana.

## Condenado pela morte do índio Galdino é barrado em concurso

O juiz Carlos Fernando Fecchio, da 5.ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, concedeu liminar determinando a inclusão do candidato Gutemberg Nader Almeida Júnior nas próximas etapas do concurso para o cargo de agente da Polícia Civil do Distrito Federal. Gutemberber foi um dos condenados por envolvimento na morte do índio Galdino Jesus dos Santos, em 1997, e havia sido reprovado na etapa de sindicância de vida pregressa e investigação social do concurso. Ele estava no grupo de cinco rapazes de classe média de Brasília que atearam fogo em Galdino, enquanto o índio dormia num ponto de ônibus da capital.

O edital do concurso diz que serão eliminados os candidatos que tiverem “dado causa ou participado de fato desabonador de sua conduta, incompatibilizando-o com o cargo de Agente de Polícia da carreira de Polícia Civil do Distrito Federal”. A etapa é eliminatória. O candidato alegou que cumpriu medida socioeducativa há mais de 15 anos. Na decisão, o juiz difere outros crimes de atos infracionais e medidas socioeducativas.

07 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## Funcionários do HC vão retomar greve na sexta-feira

Sharon Abdalla, especial  
para a Gazeta do Povo

Os servidores públicos ligados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público (Sinditest) aprovaram em assembleia realizada na manhã de ontem a retomada da greve, deflagrada no dia 20 de março. A paralisação deve recomeçar nesta sexta-feira.

A decisão foi tomada após o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) determinar que não haveria descontos dos dias parados na folha de pagamento dos servidores. Em abril, uma liminar tinha determinado a ilegalidade da paralisação e o desconto na folha salarial dos grevistas.

Cerca de 250 servidores que atuam no Hospital de Clínicas (HC), de um total de 1,9 mil funcionários, participaram da assembleia. A nova paralisação teve 100% de aprovação dos presentes, segundo o Sinditest.

Os técnicos-administrativos que atuam em outros setores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) continuam em greve.

A universidade informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que já foi notificada da decisão, mas que a instituição não vai se pronunciar até sexta-feira, quando deve conhecer a real dimensão da paralisação.

### Demissão

A categoria pede uma solução para a decisão da Justiça do Trabalho que obriga a universidade a exonerar 916 servidores contratados via Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar) em um prazo de 90 dias. Um termo de ajustamento de conduta, assinado em 2006, entre o Ministério Público do Trabalho e a universidade obrigava a demissão desses funcionários e a contratação de novos via concurso até 2010. Depois de várias prorrogações dessa obrigação, a Justiça do Trabalho acatou o pedido do MPT para a execução da medida. Os 90 dias para a demissão dos funcionários acabam em 20 de junho, mas ainda não há qualquer solução costurada entre UFPR e MPT.

### Prejuízos

A paralisação anterior dos servidores, entre os dias 20 de março e 25 de abril, teve impactos sobre o funcionamento do HC. De acordo com informações da assessoria do hospital, os setores mais atingidos foram os de internação e de pronto-atendimento de urgências e emergências.

20 DE  
JUNHO

é quando termina o prazo de 90 dias que a Justiça do Trabalho deu para que a UFPR regularize a situação do HC, demitindo 916 servidores contratados via Funpar e realizando concurso público para a substituição desses profissionais. Até o momento, não houve prorrogação desse prazo e nem o anúncio de um acordo entre UFPR e MPT sobre o tema.

# 07 MAI 2014

## GAZETA DO POVO

### **Justiça nega habeas corpus para o pai de Bernardo**

! O desembargador Nereu José Giacomolli, da 3ª Câmara Criminal do TJRS, negou, ontem, pedido de habeas corpus em favor do médico Leandro Boldrini, por suspeita de envolvimento na morte do filho, Bernardo Boldrini. A defesa argumentou que a enfermeira Graciele Ugulini, mulher de Leandro e madrasta de Bernardo, e a assistente social Edelvânia Wirganovicz inocentaram o médico nos depoimentos que deram à polícia. Mas o magistrado manteve decisão anterior, do dia 2 de maio, que também negou a liberação do médico.

### **São Paulo pagará até R\$ 50 mil para quem denunciar bandidos**

! O governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciou ontem a criação do Programa Estadual de Recompensa, que vai pagar para denunciante que oferecerem informações que ajudem a polícia a esclarecer crimes ou localizar foragidos da Justiça. O programa prevê o pagamento de quantias de até R\$ 50 mil, de acordo com o tipo de crime envolvido na denúncia. A resolução integra o programa São Paulo Contra o Crime. O governo vai usar a estrutura do atual web-denúncia (**foto**) para colocar em prática o sistema. Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública, a ferramenta lançada em novembro de 2013 já corresponde a 27% das denúncias recebidas.

# GAZETA DO POVO

Termina hoje

prazo para  
regularizar  
título de eleitor

Amanda Audi e Kelli Kadanus,  
especial para a Gazeta do Povo

07 MAI 2014

Quem precisa tirar o título de eleitor, alterar o local de votação ou regularizar o documento deve procurar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) até hoje, último dia do prazo. Ontem, o movimento e o tempo de espera para atendimento foram altos.

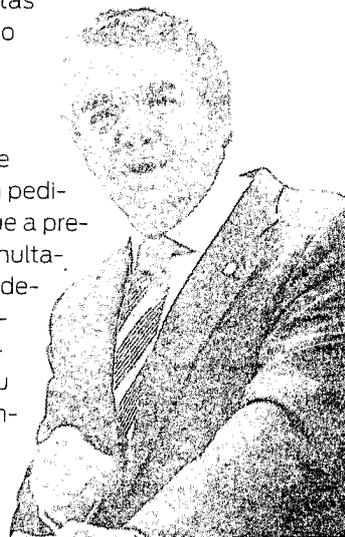
Por volta do meio-dia de ontem, segundo o TRE, a espera para atendimento era estimada em uma hora e meia. Pessoas ouvidas pela reportagem, porém, disseram ter ficado até três horas na fila. O universitário Bruno Luan Lessa disse que chegou ao tribunal por volta das 9 horas e só conseguiu pegar uma senha às 9h50. Ele só foi atendido por volta do meio-dia. "Perdi a manhã inteira", reclamou. Segundo funcionários do TRE, as filas começam a se formar em frente ao tribunal por volta das 5 horas da manhã.

Até hoje é possível transferir o título eleitoral e fazer a revisão dos dados. Jovens entre 16 e 18 anos também podem tirar o documento para votar nas eleições de outubro. Além disso, quem não votou nas últimas três eleições, sem justificar a ausência, precisa regularizar a situação até hoje. O prazo para o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida solicitar sua transferência para Seção Eleitoral Especial também termina hoje. O eleitor deve levar RG, CPF e comprovante de residência emitido entre três meses e um ano. Para alterar o local de votação é preciso apresentar o título antigo.

## Notas Políticas

### Multa para Dilma

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello (foto), defendeu ontem que a presidente Dilma Rousseff seja multada por ter promovido uma reunião no Palácio da Alvorada em março, da qual participaram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o marqueteiro João Santana, entre outros. Para Marco Aurélio, é necessário que o tribunal tenha "rédeas curtas" durante a campanha deste ano. "O que se tem no Brasil é verdadeira hipocrisia. A propaganda eleitoral está em nossos lares mediante o desvirtuamento da propaganda partidária e mediante a publicidade implícita, publicidade voltada a enaltecer a figura deste ou daquele", disse. "Ou o tribunal mantém rédeas curtas ou vamos aguardar o que acontecerá até o dia 5 de outubro", afirmou. A declaração foi dada durante o julgamento de um pedido do PSDB para que a presidente Dilma seja multada. Não houve uma decisão do tribunal ontem porque o ministro Dias Toffoli pediu vista do caso. Por enquanto, o placar está 2 a 1, contrário à aplicação da multa.



07 MAI 2014

# GAZETA DO POVO

## **Câmara aprova publicação de biografias não autorizadas**

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em votação simbólica, projeto de lei que permite a publicação de biografias de personalidades públicas sem que o autor precise da autorização ao biografado. Para passar a valer, o projeto tem ainda de ser aprovado pelo Senado e ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

Atualmente, vale a regra estabelecida em 2002 pelo Código Civil. O texto em vigor estabelece que pode ser proibida “a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa”. O projeto aprovado, de autoria do deputado federal Newton Lima (PT-SP), abre exceção para pessoas “cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade”.

Para Newton Lima, o Código Civil de 2002 permite a censura prévia. Segundo ele, é preciso reparar esse equívoco, que vem afrontando o princípio constitucional da liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

O projeto aprovado inclui uma emenda do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), que permite uma tramitação mais rápida para pedidos judiciais de exclusão de trechos dos livros considerados ofensivos. Caso a Justiça dê uma decisão favorável ao ofendido, o trecho deverá ser retirado da próxima edição da biografia, mas não permitirá a retirada dos livros de circulação.

### **Processo**

O próprio Caiado move uma ação contra o escritor Fernando Morais, a editora Planeta e o publicitário Gabriel Zellmeister. Ele reclama de um trecho do livro “Na Toca dos Leões”, sobre a história da agência de publicidade W/Brasil.

No livro, Zellmeister afirma que, durante a campanha de 1989, quando Caiado foi candidato a presidente, o hoje deputado defendeu a esterilização das mulheres nordestinas como medida de controle populacional. A ação está na Justiça já faz dez anos.

**“É preciso acabar com a necessidade de autorização prévia, que vem introduzindo no dia a dia de nós brasileiros uma exceção em relação a qualquer país livre do mundo. Em nenhum país livre do mundo, a elaboração de uma obra artística, um livro, requer autorização de quem quer que seja.”**

Newton Lima (PT-SP), deputado federal autor do projeto.

07 MAI 2014

# FOLHA DE LONDRINA

# Justiça afasta reitor do IFPR

## Juiz determina eleição para escolher novo administrador e outros diretores para os 15 campi da entidade no Estado

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Federal do Paraná afastou Irineu Colombo do comando do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e determinou a realização de eleições para escolher um novo reitor e outros diretores para os 15 campi da entidade em todo o Estado. A decisão foi proferida pelo juiz substituto Cláudio Roberto da Silva na última sexta-feira, mas só foi divulgada ontem.

A ação que pedia o afastamento de Colombo foi protocolada pelo Sindicato dos Educadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Paraná (Sindiedutec).

Conforme a instituição, Colombo, que já foi deputado estadual e federal pelo PT, foi indicado por decreto após o antigo reitor (eleito) Alípio Santos Leal Neto se licenciar da função, em 2011. Pela regra normal, Colombo deveria ficar como reitor até o fim do mandato de Leal Neto, que terminaria em maio de 2014. Chegando o prazo para a convocação das eleições, Colombo teria se recusado a convocar no-

vo pleito.

Em nota oficial, o IFPR informou que, por determinação judicial, Irineu Colombo teve seu mandato suspenso e será substituído pelo professor Ezequiel Westphal. O documento ainda ressalta que "a Procuradoria Federal junto ao IFPR está adotando as medidas cabíveis". A equipe da FOLHA tentou contato com a defesa de Colombo mas não obteve retorno.

### OPERAÇÃO

Colombo chegou a ser afastado da reitoria entre agosto de 2013 e janeiro deste ano em decorrência da Operação Sinapse, deflagrada pela Polícia Federal (PF), que indicou fraude em licitações do IFPR, entre 2009 e 2011. A operação foi articulada para combater uma quadrilha suspeita de desvio de verbas na educação técnica no IFPR e prendeu 18 pessoas, sendo três servidoras do instituto. O grupo foi apontado como suspeito de desviar R\$ 6,6 milhões do setor de ensino a distância do IFPR. A quantia era proveniente de repasses do Ministério da Educação.

*Reitor foi afastado  
entre agosto de 2013  
e janeiro deste ano*

# FOLHA DE LONDRINA

## TRE mantém prefeito no cargo

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

07 MAI 2014

Por unanimidade, a Corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) reverteu ontem a cassação do mandato do prefeito de Ribeirão do Pinhal (Norte Pioneiro), Dargagnan Calixto Fraiz (PSD), determinada em novembro do ano passado pelo juiz da 82ª Zona Eleitoral, Guilherme Moraes Nieto. No entanto, Fraiz, que foi reeleito em 2012, não chegou a ficar fora do cargo nem um dia: a defesa conseguiu medida cautelar enquanto aguardava o julgamento no TRE.

O prefeito foi acusado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) de gastos ilícitos na campanha de 2012, com base em irregularidades na prestação de contas. Foi contabilizado gasto excessivo de combustíveis no dia da votação, incompatível com o consumo de apenas dois veículos declarados pelo comitê de campanha.

No entanto, para o desembargador Jucimar Novochadlo, relator do recurso, não havia no processo provas concretas de que as irregularidades fossem suficientes para desequilibrar a eleição. As penas de cassação do registro e de inelegibilidade, entendeu ele, seriam muito graves em comparação com o baixo potencial de dano com a conduta de Fraiz.

O advogado do prefeito, Guilherme Gonçalves, lembrou que cabe recurso ao MPE, mas não acredita que a decisão possa ser modificada. "O Tribunal Superior Eleitoral não examina matéria relacionada a provas. Acho improvável que a decisão seja reformada."

07 MAI 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Governo do Paraná reclama, e Tesouro libera empréstimo

Órgão federal diz que pendências nas finanças estaduais impediam operação; tucano Beto Richa levou caso ao STF

**Levantamento da Folha, porém, mostra que Estados com os mesmos problemas receberam recursos**

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Acusado de “discriminar” o governo do Paraná, o Tesouro Nacional liberou ontem, após quase dois anos de tramitação, a garantia de um empréstimo de R\$ 816 milhões ao Estado.

Com isso, o Paraná será o último Estado do país a finalmente ter acesso ao dinheiro do Proinveste (Programa de Apoio aos Investimentos dos Estados e Distrito Federal), linha de crédito lançada em julho de 2012.

O Tesouro, responsável pela análise dos empréstimos estaduais, afirma que pendências financeiras do Paraná — a ultrapassagem dos limites de gastos com pessoal e o não cumprimento de despesas mínimas com saúde — impediam a operação.

O governador Beto Richa (PSDB), porém, que enfrenta crise financeira e suspendeu obras e contratos por falta de dinheiro, acusa o órgão de “discriminação sem prece-

dentos” e de protelar o procedimento o máximo possível.

Richa atribuiu a demora à ex-ministra e senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), pré-candidata ao governo estadual. Gleisi nega interferência política e diz que questões técnicas impediam a liberação dos empréstimos.

O governo do Paraná contesta a interpretação do Tesouro e se ampara em certidões do Tribunal de Contas do Estado, que atestam a aprovação das contas — os órgãos têm metodologias diferentes para aferir as despesas e os limites legais dos gastos com saúde e funcionalismo.

### BATALHA JURÍDICA

Outros quatro empréstimos ao Paraná, já aprovados em bancos internacionais, aguardam liberação pelo Tesouro há cerca de dois anos. Juntos, somam R\$ 1,8 bilhão e serão investidos em segurança, assistência social e gestão financeira.

Para Richa, boa parte das dificuldades do Estado se devem ao atraso dessas liberações, já que parte do dinheiro é para reembolso de gastos já efetuados.

No início do ano, o Paraná obteve no STF (Supremo Tribunal Federal) três liminares favoráveis à liberação das

operações. Mesmo assim, o Tesouro dizia que pendências relativas a gastos com pessoal e saúde permaneciam.

Outros Estados com os mesmos problemas, porém, tiveram diversos financiamentos liberados pela União nos últimos dois anos, segundo levantamento da *Folha* na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Em parecer para a liberação de um empréstimo a Alagoas, por exemplo, o órgão afirmou que “é cediço [sabido por todos] que existe a competência principal do Tribunal de Contas do Estado para realizar a análise dos gastos com saúde” — desconsiderando, portanto, o não cumprimento das despesas obrigatórias na área, segundo o Ministério da Saúde.

Irregularidades nas despesas com pessoal também foram relevadas no caso de Sergipe — a ultrapassagem dos limites legais foi suplantada por liminar do STF.

O Paraná chegou a pedir ao STF a prisão do secretário do Tesouro. Agora, o governo vai solicitar a execução da multa diária de R\$ 100 mil contra a União, pelo atraso na liberação.

Procurado, o Tesouro Nacional não respondeu até a conclusão desta edição.

07 MAI 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Construtora vai à Justiça para retirada de sem-teto

Considerado rural, terreno perto do  
Itaquerão não tem cobrança de IPTU

**Empresa comprou área  
por R\$ 5,2 milhões em  
2007; sem-teto exigem  
que Haddad use lote  
para moradia popular**

GIBA BERGAMIM JR.  
DE SÃO PAULO

A Viver Construtora e Incorporadora, atual dona da área invadida na zona leste pelo movimento sem-teto no último sábado, já pediu a reintegração de posse do terreno, que fica a cerca de 3 quilômetros do Itaquerão —estádio da abertura da Copa do Mundo.

Anteontem, o prefeito Fernando Haddad (PT) admitiu que pode transformar a área em zona de interesse social (para construção de moradias populares), caso a empresa tivesse dívidas com a cidade. Desde o início de seu mandato, Haddad vem sofrendo pressão de movimentos de sem-teto, que exigem mais construções de moradia.

Até a noite de ontem, não havia decisão para reintegração. O juiz Celso Maziteli Neto encaminhou o pedido para análise do Ministério Público Estadual.

A empresa, que até 2008 se chamava Inpar, nega inadimplência em impostos.

Documentos obtidos ontem pela **Folha** mostram que

a proprietária da área não sofre cobrança de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) por estar numa área considerada rural.

Pagava, até 2008, R\$ 72 de ITR (Imposto Territorial Rural). A reportagem não teve acesso a comprovantes mais recente do imposto.

A **Folha** apurou que o novo Plano Diretor previa alterar a área de rural para industrial —o que permitiria a cobrança do IPTU.

O projeto já foi aprovado em primeira discussão na semana passada e voltará a plenário para discussão final até o final de maio.

Cerca de 2.000 famílias estavam na área ontem, segundo o Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

De manhã, o líder do MTST, Guilherme Boulos, foi à Câmara Municipal para tentar convencer vereadores a assinarem uma emenda ao Plano Diretor que incluía o terreno no mapa das zonas especiais de interesse social (Zeis), destinadas à construção de moradia para a população de baixa renda.

O líder do governo na Casa, Arselino Tatto (PT), disse à **Folha** que é possível a apresentação da emenda, mas deve haver um acordo entre partidos para que o pedido de alteração consiga ir adiante.

### VALORIZAÇÃO

Escritura no 9º Registro de Imóveis de São Paulo mostra que o terreno invadido foi comprado pela Inpar Projeto 47 SPE Ltda por R\$ 5,2 milhões. Antes disso, pertencia a um casal.

O movimento sem teto diz que, de 2009 para cá, o terreno quadruplicou de valor.

Os documentos do cartório mostram que, em 2009, a área foi oferecida como garantia para financiamento bancário, no valor de R\$ 15 milhões.

Em 2010, dois novos registros mostram que o mesmo terreno foi alienado para contrair outros empréstimos, de R\$ 21 milhões e R\$ 46,21 milhões, respectivamente.

Na tarde de ontem, a **Folha** pediu entrevista com representantes da Viver.

Às 18h54, a construtora enviou uma nota.

“A empresa informa que o terreno em questão é de sua propriedade e que, em relação à invasão do local, está tomando as medidas cabíveis. Esclarece que não existe inadimplência de impostos junto a órgãos públicos.”

A reportagem enviou novo email com questionamentos a respeito dos documentos, mas não obteve resposta até a conclusão desta edição.

07 MAI 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### Injustiçamento

Sem que desse motivos para isso, Anna Göldi, 47, viu-se acusada de usar poderes sobrenaturais para infestar de agulhas o leite dado a crianças na casa em que trabalhava, na Suíça. Sessões de tortura garantiram a confissão de um pacto com o demônio, e a falsa denúncia de envenenamento não letal bastou para sua decapitação.

Era 1782. Anna Göldi é considerada a “última bruxa” da Europa; 225 anos após sua morte, foi oficialmente reabilitada, e em sua homenagem construiu-se um museu.

A lembrança do episódio vem a propósito do bárbaro linchamento de Fabiane Maria de Jesus, 33, dona de casa e mãe de dois filhos. Tomada por sequestradora de crianças que executava rituais de magia negra, foi assassinada a pauladas por moradores do bairro Morrinhos, na periferia de Guarujá (SP).

Os mais de 200 anos que distanciam as duas tragédias realçam o quanto há de absurdo no homicídio cometido no litoral paulista.

Não se trata apenas de um caso isolado de obscurantismo atávico, já em si lamentável, mas de sintoma do imenso atraso que caracteriza o Estado brasileiro. Sob muitos aspectos, parcelas expressivas da população ainda enxergam a Idade Média —e nela vivem— quando abrem as portas de suas casas.

No mundo moderno, mesmo que Fabiane Maria de Jesus houvesse sequestrado crianças, caberia à polícia, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário cuidar do caso. Às acusações se contraporiam alegações em contrário, e sua sentença seria proferida de acordo com a lei.

Como se o Brasil tivesse ficado alheio a séculos de evolução histórica, nada disso ocorreu; como se o episódio já não fosse chocante, tudo sugere que a mulher brutalmente assassinada era inocente. Segundo a polícia, nem há registro de desaparecimento recente de menores no Guarujá. A multidão criminosa foi açulada por boatos difundidos nas redes sociais.

Num aparente paradoxo, perfis na internet catalisaram uma histeria coletiva semelhante às registradas séculos atrás —como no famigerado episódio das bruxas de Salém (1692), nos Estados Unidos, quando 20 pessoas inocentes terminaram executadas.

Sendo recorrentes —e até espantosamente estimulados— os casos de justiçamento no Brasil, talvez não caiba esperar que Fabiane Maria de Jesus seja a “última bruxa” do país.

Os que hoje defendem variantes da justiça com as próprias mãos deveriam refletir profundamente sobre esse linchamento.

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

### STF padrão Fifa

07 MAI 2014

O governo atuou para convencer os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) de que a eventual derrubada dos benefícios concedidos à Fifa pela Lei Geral da Copa, em julgamento hoje, colocaria em risco a realização do evento. Diante dos apelos, magistrados acreditam que a tendência é manter os compromissos assumidos com a entidade, ainda que a corte possa fazer “pequenos ajustes” no texto. O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, fará a defesa da lei no plenário.

**Eles e nós** Em sua sustentação oral, Adams dirá que países como Alemanha e África do Sul assumiram encargos “muito mais gravosos” que o Brasil.

**Drible** O ministro Ricardo Lewandowski, vice-presidente do STF e do CNJ, não tem sido convocado a assumir a presidência do CNJ nas ausências de Joaquim Barbosa. Ontem, o corregedor Francisco Falcão presidiu a sessão do órgão durante a manhã.

**Regra** Em 2012, o Supremo decidiu que a competência “exclusiva, indelegável e absoluta” para presidir as sessões é do presidente do STF ou, na ausência, do vice. Conselheiros temem que decisões tomadas sob o comando de Falcão sejam passíveis de nulidade.

**Outro lado** O CNJ informou que, como se tratava de uma ausência temporária, a presidência da sessão ficou sob o comando de Falcão. De acordo com a assessoria, o vice é acionado quando a falta for durante todo o dia. Barbosa retornou à sessão à tarde.

## MÔNICA BERGAMO

### REPARAÇÃO

O governo de São Paulo será acionado na Justiça por causa de revistas íntimas em visitantes de presos. Com base em relatos de 25 mulheres, a ONG Conectas Direitos Humanos entra com processo nos próximos dias pedindo indenização de R\$ 1 milhão por danos morais coletivos. A entidade diz que elas foram submetidas a um procedimento vexatório, ao ter os genitais inspecionados.

### REPARAÇÃO 2

A ação se refere a casos ocorridos no Centro de Detenção Provisória de Guarulhos, segundo a Conectas. A SAP (Secretaria da Administração Penitenciária), em nota, declara que “a revista em visitantes e servidores é rigorosa, mas não é vexatória”. Diz ainda que 26 visitantes foram autuadas em flagrante na unidade, no ano passado, “tentando entrar com entorpecentes nas partes íntimas”.

Outras cinco “usaram o subterfúgio para tentar entrar com celular, novamente sem êxito”, conforme a SAP.

07 MAI 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### **Justiça condena acusados de matar dentista queimada**

A Justiça paulista condenou ontem os três homens acusados de matar queimada a dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza, 46, em São Bernardo do Campo (Grande SP), em abril do ano passado.

Victor Miguel Souza Silva e Thiago de Jesus Pereira foram condenados a 37 anos e seis meses de reclusão e Jônatas Cassiano Araújo, a 36 anos, por roubo, extorsão e latrocínio. A pena foi agravada por motivo fútil, dissimulação de conduta, uso de recursos que dificultaram a defesa da vítima e emprego de fogo. Os três já estão presos desde 2013.

Ao ler a sentença, o juiz Edegar de Sousa Castro afirmou que o caso “ensejou novos crimes perpetrados pela mesma forma de execução”.

07 MAI 2014

# METRO

## Justiça ouve suspeitos que acusam policiais de tortura

**Caso Tayná.** Escortados pela Polícia Federal, os quatro suspeitos de matar a adolescente foram ouvidos em duas audiências em Colombo, na RMC

Dois suspeitos de matar a adolescente Tayná Adriane da Silva em junho do ano passado, em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, foram ouvidos ontem no segundo dia da sequência de audiências de instrução do processo que apura a denúncia de que policiais teriam torturado os quatro primeiros suspeitos do Caso Tayná. Além deles, um ex-preso da Delegacia do Alto Maracanã também prestou depoimento ontem. Ele teria presenciado abusos e tortura dos quatro na delegacia.

Os dois irmãos que acusam policiais de tortura foram ouvidos na segunda-feira.

Os quatro suspeitos presos três dias depois da morte da adolescente foram incluídos no programa de proteção à testemunha e foram escol-

tados para as audiências sob forte esquema de segurança.

Cerca de 30 agentes da Polícia Federal escoltaram os suspeitos e duas quadras ao redor do Fórum de Colombo foram interditadas.

Na ação, o Ministério Público acusa 21 pessoas de tortura. Entre eles, 16 são policiais civis, um é policial militar, dois são guardas municipais, além de dois presos.

Um dos acusados é o delegado Silvan Ródney Pereira. Os policiais são acusados de abuso de autoridade, falso testemunho, tortura, estupro e lesão corporal contra os quatro jovens apontados como suspeitos de matar a adolescente que morava em Colombo. Os policiais devem ser ouvidos apenas nos dias 15 e 16 de maio. Eles negam

as acusações.

Os primeiros suspeitos do Caso Tayná também acusam policiais das delegacias de Araucária e Campo Largo. O Ministério Público do Paraná defende que os suspeitos confessaram ter estuprado e matado a adolescente depois de passar por quatro dias de tortura.

O inquérito sobre a morte de Tayná ainda não foi concluído. O processo passou por quatro delegados que pediram seis vezes a prorrogação do prazo de conclusão. Hoje, o responsável pela investigar o caso é o delegado Cristiano Quintas da Delegacia de Homicídios.



**NARLEY  
RESENDE**  
METRO CURITIBA

# Marco Civil da Internet 07 MAI 2014 e as soluções não tão adequadas **BEMPARANÁ**

A Lei nº 12.965/2014, nomeada como Marco Civil da Internet, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em abril, estará vigente a partir de junho deste ano. A regulamentação tem o mérito de solucionar muitas dúvidas com relação às atividades realizadas na rede mundial de computadores. Com isto, traz mais segurança jurídica e auxilia a atividade dos juízes na hora de resolver litígios cada vez mais comuns, no campo da privacidade, dos direitos autorais, da proteção à imagem das pessoas e da liberdade de expressão.

**Contudo, nem sempre as soluções da lei são as mais adequadas. O artigo 19, por exemplo, determina que "o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para (...) tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente". Ora, em várias situações isto é um retrocesso.**

Contudo, nem sempre as soluções da lei são as mais adequadas. O artigo 19, por exemplo, determina que "o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para (...) tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente". Ora, em várias situações isto é um retrocesso. Em casos de gritante violação de direito à imagem e à privacidade, deveria o provedor ser obrigado a excluir o conteúdo por simples requerimento da vítima, como, aliás, prevê a lei para as "cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado", citada no artigo 21. O sexo e a nudez não são os únicos casos em que uma foto ou uma filmagem, muitas vezes distorcida ou fora de contexto, podem ferir gravemente a honra de alguém.

Por outro lado, a norma é repleta de expressões vagas, como no artigo 7.º, quando determina que "o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania". Neste passo, a Lei guarda vários contornos daquilo que, pejorativamente, seria uma "norma simbólica". A norma simbólica é aquela que surge basicamente da intenção de um Estado em se mostrar coerente com valores que ele afirma proteger, sem que a nova lei seja capaz de se impor, efetivamente, como um instrumento concreto de alguma mudança. Daí a configuração do Marco Civil, repleto de seus "objetivos" e "princípios" como assinalados nos artigos 3.º e 4.º, que parecem revelar uma intenção do Estado brasileiro em se apresentar moderno, inovador e democrático. Em outras palavras, a norma é fértil em apontar valores, mas que são vagos nos seus limites, amplos quanto ao espectro das interpretações possíveis e de difícil implementação.

07 MAI 2014

## BEMPARANÁ

### STJ nega habeas corpus a ex-diretor

A ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou, liminarmente, pedido de habeas corpus em favor do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso preventivamente durante a Operação Lava-Jato da Polícia Federal, deflagrada em 17 de março. A operação apura suposto esquema de lavagem de dinheiro envolvendo doleiros e também fornecedores da estatal. A informação foi publicada no site do Tribunal. Segundo o STJ, a defesa alega no pedido de habeas corpus que Paulo Roberto Costa estaria submetido a condições degradantes e incompatíveis com o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo impedido até mesmo de cuidar da higiene pessoal e de tomar banho de sol.

A ministra afirmou em sua decisão que, apesar da relevância dos argumentos apresentados, a matéria deve ser primeiramente analisada e julgada pelo tribunal de origem. "Como não verificou a presença de flagrante ilegalidade, ela afastou a possibilidade de manifestação do STJ", diz a nota no site. A ministra constatou, segundo o texto, que uma decisão da Justiça de Primeira Instância garantiu a Costa o direito a banho de sol e a cuidados com higiene.

### Justiça do Trabalho multa sindicatos e Urbs

A Justiça do Trabalho multou em R\$ 1 milhão o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Curitiba e Região (Setransp), o Sindicato dos Motoristas e Cobradores (Sindimoc) e a Urbanização de Curitiba S/A (URBS) pela prática de descontar do salário de motoristas e cobradores os valores tomados em assalto. Em decisão publicada ontem, o juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho, da 12ª Vara do Trabalho de Curitiba, determinou que os descontos sejam suspensos, sob pena de multa de R\$ 10 mil para o Setransp por trabalhador prejudicado. O valor de eventuais multas deverá ser destinado ao Município de Curitiba para manutenção e aparelhamento da Guarda Municipal em benefício da segurança dos trabalhadores e usuários do sistema de transporte urbano, em fundo espe-

cífico fiscalizado pelo Ministério Público do Trabalho.

O juiz criticou a norma coletiva, acertada entre os sindicatos, autorizando o desconto no salário do trabalhador. As cláusulas determinam uma série de "procedimentos" a serem realizados pelos trabalhadores em caso de assalto, cujo descumprimento é interpretado como ato de negligência ou imprudência, obrigando o ressarcimento pelos danos e prejuízos causados. As normas, disse o juiz, não prevêm "qualquer pagamento ou atendimento psico social ao trabalhador na situação de assalto como se tal fosse fato normal e corriqueiro na vida profissional". A preocupação, segundo o magistrado, "é sempre no sentido de não haver prejuízo ao empregador, mas nunca com o trabalhador e, indiretamente com o usuário do transporte".

07 MAI 2014

# JORNAL DO ÔNIBUS

Editorial

## O risco dos julgamentos emocionais

O sistema democrático é formado de tal forma que cada poder tem seu papel bem definido, de maneira a atender a todos os cidadãos – pelo menos em tese. O Poder Judiciário tem um papel fundamental para que as leis valham para todos e cada um tenha o seu direito respeitado. Muitas vezes, a imprensa tem um tom emocional sobre determinados casos, que levam a população a reagir de forma emotiva e desorganizada.

Mas a imprensa tem seu controle. Já as redes sociais aceitam tudo e suscetíveis a iniciativas individuais. O caso do linchamento da dona de casa em São Paulo deve ter um caráter didático. Um erro de identificação de pessoa pelo Facebook provocou uma tragédia.

Não há como voltar atrás. Uma inocente foi barbaramente morta por pessoas que acharam que teriam o direito de fazer justiça com as próprias mãos. A lição é clara, não há como abrir mão dos formalismos da Justiça, mesmo que seja lenta.

07 MAI 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Acusados no Caso Tayná fazem reconhecimento de policiais

## 1 Audiência em Colombo apura suposto caso de tortura

O reconhecimento dos policiais acusados de torturar os quatro primeiros suspeitos da morte da menina Tayná Adriane da Silva ocorreu ontem, após os depoimentos das testemunhas. O processo fez parte do segundo dia de audiência de instrução dos 21 acusados de torturar o quarteto. A reunião é realizada no Fórum de Colombo, na região metropolitana de Curitiba, cidade onde a adolescente de 14 anos foi morta.

A previsão é de que as cerca de 100 testemunhas (entre acusação e defesa) sejam ouvidas até o próximo dia 16 de maio. “Dois dos quatro rapazes falaram ontem e outros dois hoje. Agora, as testemunhas estão dando os depoimentos, que duram de três a quatro horas cada um”, explicou um dos 10 advogados de defesa dos policiais, Marlos Dalledoni.

07 MAI 2014

# JORNAL DO ÔNIBUS

## Justiça suspende mandato do reitor da IFPR

A Justiça Federal determinou que o mandato do reitor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Irineu Colombo, seja suspenso e que a instituição convoque imediatamente novas eleições. A ação foi protocolada pelo Sindicato dos Educadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Estado do Paraná (Sindiedutec), que alega que a gestão de Colombo terminou em 30 de abril. O professor, entretanto, argumenta ter direito a mais um ano de mandato.

Irineu Colombo foi eleito em 2011, após a saída de Alípio Santos Leal Neto um ano que renunciou ao cargo para assumir a Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Segundo o Sindicato, o regulamento determina que, em caso de vacância do cargo, o eleito irá exercer a função em caráter pro tempore pelo período correspondente ao restante do mandato do antecessor.

07 MAI 2014

O ESTADO DE S. PAULO

# Promotores acusam Marinho no TCE

Ministério Público diz a corregedor da corte que conselheiro recebeu 'vantagens ilícitas' e indica onde obter documentação a respeito

Fausto Macedo  
Fernando Gallo

O Ministério Público afirmou em ofício ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo que o conselheiro Robson Marinho, ex-chefe da Casa Civil na gestão Mário Covas (PSDB), recebeu "pagamento de vantagens ilícitas" no caso Alstom – suposto esquema de propinas na área de energia do governo paulista nos anos 1990.

O documento, subscrito pelos promotores Silvio Marques e José Carlos Blat, é uma resposta ao corregedor do TCE, conselheiro Dimas Ramalho, que disse não ter encontrado nos autos disponibilizados pela promotoria "elementos objetivos ou subjetivos" que possam motivar abertura de procedimento administrativo contra Marinho.

O conselheiro está sob investigação da Promotoria por improbidade. A Suíça bloqueou US\$ 1,1 milhão de uma conta que Marinho mantém em instituição financeira de Genebra desde 1998. O dinheiro, segundo os investigadores, foi depositado por lobistas usados pela multinacional francesa.

A promotoria suspeita que Marinho recebeu propina para votar, em 2001, pela regularidade de um contrato de extensão de garantia de equipamentos fornecidos pela Alstom no âmbito do Ministério Público enviado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo bito Gisel (Grupo Industrial para o Sistema da Eletropaulo).

**Caminho.** Por meio do ofício 1243/14, de 28 de abril, os promotores orientam o corregedor do TCE a buscar as provas contra

Marinho. Eles recomendam pedido à juíza Maria Gabriella Pavlopoulos Spaolonzi, da 13.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, onde está em curso ação cautelar de sequestro de valores do conselheiro. Outro caminho é o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, braço da Secretaria Nacional de Justiça, que detém cópias de documentos remetidos pelo Office Fédéral de la Justice de Berna e pelo Tribunal de Grande Instance de Paris.

"Informamos que os documentos que mostram o pagamento de vantagens ilícitas a Robson Riedel Marinho se encontram sob segredo de Justiça, mas podem ser solicitados", sugerem os promotores.

A Corregedoria do TCE abriu em março investigação sobre Marinho, provocada pelo Ministério Público que, na ocasião, enviou à corte de contas cópia do inquérito civil 204/2008, cujo alvo é o conselheiro. Os promotores já indicavam ao TCE que poderia obter na Justiça provas contra o conselheiro.

Em 4 de abril, porém, o corregedor comunicou a Promotoria. "Avaliado o conjunto de material probatório que acompanha a petição, consoante levantamento inicial detalhado de todas as citações e referências ao nome do mencionado membro desta Corte nos documentos e provas testemunhais disponibilizados, não se verificam elementos objetivos ou subjetivos que suportem motivação ou conduta que incitem atuação correicional administrativa."

Em março, Marinho rechaçou a suspeita, por meio de nota. "Não pratiquei qualquer ato que possa desabonar minha conduta, enquanto no exercício das minhas funções como conselheiro e, muito menos, a própria instituição, à qual tenho a honra de servir."

## TRECHO

"Informamos que os documentos que mostram o pagamento de vantagens ilícitas a Robson Riedel Marinho se encontram sob segredo de Justiça, mas podem ser solicitados."

07 MAI 2014

# O ESTADO DE S. PAULO Projeto permite deter jovem até os 26 anos

Proposta que será levada à votação na Câmara amplia internação pelo ECA de 3 para 8 anos

**Ricardo Galhardo**

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), relator da comissão especial da Câmara dos Deputados para a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vai apresentar hoje um projeto de lei substitutivo que endurece a medida sociodisciplinar para menor infrator. A principal alteração é o aumento do tempo máximo de internação de 3 para 8 anos, nos casos de jovens com idade entre 16 e 18 anos que cometerem infrações equiparáveis aos crimes hediondos.

O aumento da pena máxima integra o projeto apresentado ao Congresso pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), em abril do ano passado. Segundo o deputado tucano, assim se muda o eixo do debate sobre a criminalidade infantojuvenil, até hoje restrito à discussão da maioridade penal.

A proposta ainda incorpora outras sugestões de Alckmin, como a criação de alas especiais destinadas a adolescentes com mais de 17 anos – para que não se misturem com os mais novos – e o endurecimento das penas para adultos que usarem adolescentes para cometer crimes.

O projeto também propõe que a pena máxima para o crime de corrupção de menores passe de 6 para 8 anos e muda a forma de caracterização jurídica do crime. De acordo com o texto do

## PARA LEMBRAR

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse em março que poderia pautar ainda neste semestre a votação do projeto que tramita na Casa e prevê a redução da maioridade penal no País, em determinadas circunstâncias. O texto já chegou a ser rejeitado pela CCJ, mas houve requerimento para votação em plenário.

tucano, não será mais preciso comprovar em juízo que o menor foi corrompido, basta mostrar a participação do adolescente na infração. Além disso, a utilização de menores em qualquer tipo de atividade criminosa passa a ser agravante.

**Até 26 anos.** Hoje, o adolescente infrator é solto imediatamente ao completar 21 anos, seja qual for o crime cometido. De acordo com o projeto de Sampaio, eles poderão ficar até os 26 anos nas alas especiais e a libertação só correria depois de avaliação psicológica. Além de endurecer as punições, o projeto prevê ampliação das medidas socioeducativas, como a obrigatoriedade de as unidades de internação oferecerem cursos profissionalizantes e o direito de abater um dia de pena a cada cinco de estudo.

União, Estados e municípios passam a ter responsabilidades explícitas no texto do estatuto, que fixa o prazo máximo de quatro anos após a posse para que prefeitos e governadores adaptem as unidades de internação às novas exigências. Caso contrário, podem ser enquadrados por improbidade administrativa, cujas penas vão da perda dos direitos políticos ao afastamento da função pública.

O Ministério Público passa a ser o responsável por fiscalizar a execução das mudanças e, para garantir condições aos mandatários de cumprirem os prazos, oferece a possibilidade de prefeitos e governadores usarem o Regime Diferenciado de Contratação (RDC), criado pelo governo Dilma Rousseff em 2011 para acelerar obras do PAC e dos estádios da Copa. “O RDC nunca é bem-vindo, mas como o projeto prevê penalidades severas, os mandatários devem ter um mínimo de garantia para cumprirem os prazos”, disse o deputado.

Outra mudança prevista no projeto é a possibilidade de jovens infratores serem levados em carros da polícia também em casos de atos comparáveis aos crimes hediondos. Atualmente, adolescentes não podem ser transportados em compartimentos fechados.

**Votação.** Segundo Sampaio, a comissão especial para reforma do ECA pode votar as alterações ainda hoje, mas o mais provável é que os deputados peçam vistas ao projeto e a votação fique para a semana que vem. De acordo com o tucano, da comissão a proposta segue direto para o plenário da Câmara e, se aprovada, para o Senado. “As mudanças previstas neste projeto de certa forma substituem o debate sobre a redução da maioridade penal. A sociedade é a favor (da redução), mas no Congresso existem opiniões diversas e dependeria de uma emenda constitucional votada em dois turnos na Câmara e no Senado”, disse Carlos Sampaio.

07 MAI 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

# Situação da criminalidade

**F**icaram abaixo das expectativas do governo – em relação às metas estabelecidas pelo programa de bonificação a policiais civis e militares – os resultados do combate ao crime no primeiro trimestre deste ano em São Paulo, como mostram as estatísticas da Secretaria da Segurança Pública. Embora o projeto que cria aquele incentivo ainda esteja tramitando na Assembleia Legislativa, se aprovado ele será retroativo a janeiro. Por isso, esperava-se que seus efeitos positivos na redução dos índices de criminalidade comessem a aparecer desde já.

Tanto na capital como no Estado, os índices de roubos – com exceção dos de veículos – foram os maiores desde 1995, quando começaram a ser divulgados os dados. Os números das ocorrências foram 40.671 e 79.093, respectivamente, o que representa aumentos de 44,6% e 33,5%, em comparação com igual período de 2013. Como a meta fixada pelo projeto é que o índice desse crime no máximo iguale o de 2013, o desempenho da polícia ficou bem aquém do desejado.

Em consequência, o sistema de bonificação proposto sofrerá alterações. Segundo o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, as metas estaduais e regionais serão excluídas neste primeiro trimestre. A avaliação será feita, nessa primeira fase, apenas pelo resultado de delegacia ou com-

panhia da PM. “Estamos excluindo o roubo e concentrando em roubo de veículos e em letalidade das áreas locais, para que sirvam de estímulo. É uma solução inicial”, explica.

Outro dado preocupante é que o aumento do número de roubos (neste caso excluídos os de veículos, cargas e bancos) foi registrado em 85 (91%) dos 93 distritos da capital. E em 67 distritos houve alta também de roubos e furtos de veículos. Na capital, portanto, não se trata de fenômeno restrito a determinadas áreas. É geral.

O dado positivo – e de peso, tendo em vista a gravidade desse tipo de crime – ficou por conta dos homicídios. O comportamento desse índice foi muito melhor do que o de roubos, mas não suficiente para atingir a meta. No Estado, houve redução de 3,3% nos homicídios (de 1.189 para 1.150), sendo a meta de 7,4%. Na capital, a diminuição foi de 4,9% (de 304 para 289), igualmente abaixo da meta, de 9%.

Outro elemento que pode contrabalançar o forte aumento dos roubos é a franqueza do secretário ao tratar da questão, sem tentar jogar com os números para amenizar o quadro. “Em parte, a criminalidade cresceu. Nós sabemos que há uma tendência de aumento de roubos”, afirma ele. Reconhecimento que é o primeiro passo para qualquer tentativa séria de melhorar a situação.

Ele vem acompanhado da promessa de fornecer, daqui para a frente, maiores informa-

ções sobre os crimes, tais como explicações a respeito das variadas modalidades de roubo e um perfil mais preciso dos homicídios: “Não temos medo da transparência. A partir do mês que vem, vamos publicar dados mais detalhados”. Resta esperar que se cumpra a promessa, porque é um direito da população conhecer melhor o difícil e acidentado terreno em que está pisando.

Essa é a forma de tratar a questão que se espera do secretário, porque a situação da criminalidade em São Paulo continua grave, apesar dos inegáveis progressos dos últimos anos, que o colocam em melhor situação em relação aos demais Estados. O presidente da Comissão de Segurança Urbana da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, Paulo Iasz de Moraes, chama a atenção para outro aspecto do problema, que tem estreita ligação com os números decepcionantes relativos aos roubos.

A seu ver, ele é reflexo do baixíssimo índice de resolução de crimes em São Paulo e no País. Aqui, estima-se que só 2% dos crimes contra o patrimônio são esclarecidos, o que vira um “incentivo na hora que o ladrão faz a análise de risco de roubo”. Sem atacar uma causa básica da criminalidade, como essa, não se avançará muito.

Uma promessa sempre reiterada por Grella Vieira, desde que assumiu a Secretaria, é o investimento nas áreas de inteligência e investigação. É por aí que se avançará na solução.

07 MAI 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Justiça condena 3 por atear fogo em dentista

A Justiça condenou ontem três acusados pela morte da dentista Cynthia Magaly Moutinho de Souza, de 47 anos, em abril de 2013, em São Bernardo do Campo. O crime ainda teve a participação de um adolescente, que hoje cumpre medida socioeducativa na Fundação Casa. Após invadir o consultório, o grupo jogou álcool no corpo da vítima e começou a pressioná-la. Após saber que Cynthia só teria R\$ 20 na conta bancária, o jovem ateou fogo na dentista, que morreu no local.

Após o crime, houve diversos relatos de quadrilhas que atacavam profissionais de saúde. Associações médicas pediram providências do Estado. “As quadrilhas passaram a aterrorizar os subjugados, mediante a ameaça de atear-lhes fogo”, afirmou o juiz Edegar de Sousa Castro.

Ele condenou Victor Miguel Silva e Thiago de Jesus Pereira à pena de 39 anos em regime inicial fechado por roubo seguido de morte (latrocínio) e formação de quadrilha. Jonatas Casiano Araújo foi condenado a 37 anos e 6 meses de reclusão pelos mesmos crimes. Ainda cabe recurso da decisão. /L.B.F.

### Justiça nega liberdade ao pai de Bernardo

O desembargador Nereu José Giacomolli, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, negou ontem pedido de habeas corpus em favor do médico Leandro Boldrini, suspeito de envolvimento na morte do filho, Bernardo. A defesa argumenta que Graciele Ugulini, mulher de Boldrini e madrasta de Bernardo, inocentou o médico em depoimento. O magistrado sustentou que “não há como serem afastadas as fundadas razões de autoria ou participação” do pai no crime. A prisão expira no dia 13.

07 MAI 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

# MULTA DE

# R\$ 1 MILHÃO

Justiça manda empresas, Urbs e sindicato acabarem com desconto por assalto

**A** Justiça do Trabalho aplicou multa de R\$ 1 milhão ao Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp), o Sindicato dos Motoristas e Cobradores (Sindimoc) e a Urbanização de Curitiba S/A (Urbs) por descontos realizados no salário de motoristas e cobradores assaltados durante o expediente de trabalho. Os valores descontados eram usados para pagar os prejuízos causados pelos ladrões.

A decisão, publicada ontem, é do juiz Luciano Augusto de Toledo Coelho, do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Ele também pede o cumprimento da lei municipal que impede a dupla função dos motoristas, ao exercerem, ao mesmo tempo em que dirigem, o papel de cobrador.

Na sentença, o juiz aponta os descontos realizados por causa de assaltos e algumas multas aplicadas pela Urbs são ilegais. Também foi constatada a falta de pagamento de horas trabalhadas para os funcionários.

O TRT determina a interrupção imediata das cobranças irregulares por parte das empresas de transporte e que o Sindimoc retire da Convenção Coletiva

de Trabalho as cláusulas que permitem a cobranças dos valores relativos a multas e assaltos ocorridos durante o expediente, bem como a restituição aos empregados das quantias descontadas até agora.

Em caso descumprimento das exigências determinadas, a Justiça estabelece multa de R\$ 10 mil por trabalhador prejudicado e por dia em que se constatar a desobediência.

#### OUTRO LADO

Tanto a Urbs como o Setransp afirmaram que ainda não haviam sido notificados e que só irão se pronunciar quando tomarem conhecimento da sentença.

O Sindimoc disse que as cláusulas estabelecidas pelo sindicato que permitiam os descontos do salário dos trabalhadores foram incluídas pela administração anterior, e que desde 2010 a nova diretoria "vem lutando para impedir as cobranças ilegais". "Nós já sabíamos desta ação e só estávamos aguardando a decisão para mudar o acordo. Agora que saiu a sentença temos amparo legal para retirar de vez isso", declarou o presidente da entidade, Anderson Teixeira. **(Com informações do Jornal de Londrina)**

07 MAI 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

IFPR

## Reitor afastado

Uma liminar da Justiça Federal afastou Irineu Colombo do cargo de reitor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), e determinou que sejam feitas eleições para reitor e diretores da entidade.

A decisão foi proferida pelo juiz federal de Curitiba Cláudio Roberto da Silva. O pró-reitor Ezequiel Westphal já assumiu provisoriamente o cargo, segundo o IFPR.

A ação foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Paraná (Sindiedutec), que argumenta que Colombo foi indicado por decreto após o antigo reitor (eleito) Alípio Santos Leal Neto, se licenciar da função, em 2011. Colombo deveria ficar como reitor até o fim do mandato de Neto, que terminaria em maio de 2014, mas teria se recusado a convocar novo pleito.

07 MAI 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Negado habeas corpus a ex-diretor da Petrobras

Preso na operação Lava-Jato, Paulo Roberto Costa continuará preso por determinação do STJ

O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso preventivamente no curso da operação Lava-Jato da Polícia Federal, vai continuar preso. A ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou liminarmente pedido de habeas corpus em favor do ex-diretor.

O pedido foi negado porque se insurge contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que negou liminar em habeas corpus cujo mérito ainda não foi julgado. Essa circunstância impede a análise do pedido pelo STJ, conforme prevê a Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal (STF).

A operação Lava-Jato, deflagrada em 17 de março último, apura suposto esquema de lavagem de dinheiro envolvendo fornecedores da Petrobras. Neste habeas corpus, a defesa alega que Paulo Roberto Costa estaria submetido a condições degradantes e incompatíveis com o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo impedido até mesmo de cuidar da higiene pessoal e de tomar banho de sol.

A ministra afirmou em sua decisão que, apesar da relevância dos argumentos apresentados, a matéria deve ser primeiramente analisada e julgada pelo tribunal de origem. Como não verificou a presença de flagrante ilegalidade, ela afastou a possibilidade de manifestação do STJ.

Antes de decidir, a ministra constatou que já houve decisão de primeiro grau assegurando ao preso o direito a banho de sol e cuidados com higiene. Além disso, o tribunal regional, onde já tramitam pelo menos quatro habeas corpus impetrados pela defesa, considerou em suas decisões liminares que ele está sujeito às condições típicas de quem cumpre prisão preventiva, que é uma situação provisória.